

IDENTIDADE POLÍTICA E PODER FAMILIAR NOS CARIRIS VELHOS (1947-1960)

Márcio Macêdo Moreira*

Em 1921, Serra Branca passou a ser distrito de São João do Cariri (SOUSA, 2008, p.21). A mudança de povoado para distrito foi favorecido pela produção algodoeiro que estava chegando ao auge e o local passou a ser de muita importância para a política centralizada em São João do Cariri. Armazéns de algodão e maquinarias para descaroçar foram instalados no município. A produção de Serra Branca passou a ser referência para todo o Cariri. Com a rotatividade do dinheiro no distrito, casas comerciais foram criadas com destaque para a Casa Gaião, pois “vinha gente do Pageú, São José do Egito, Teixeira e dos municípios vizinhos fazer compras na sua Casa Comercial.” (SOUSA, 2008, p.36)

O poder econômico de Serra Branca no final da década de 30 vai gerar conflitos com São João do Cariri. Se já não bastasse perder para Campina Grande o posto de Vila Nova de Rainha, São João do Cariri levou um grande golpe das autoridades políticas e religiosas residentes em sua cidade. Com o avanço econômico em Serra Branca, padres, políticos e vários trabalhadores em busca de renda na safra de algodão e no forte comércio local migraram para Serra Branca. Em menos de 50 anos a população de Serra Branca era mais do que o dobro de São João do Cariri. Em 1950 a população de Serra Branca segundo os dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística era de 6722 habitantes enquanto São João do Cariri era de 3734.

Neste contexto econômico aparecem no cenário nossas “famílias”.

As paixões guiavam o povo à participação política. O dualismo político foi uma das características de Serra Branca até a década de 1980. De um lado a família Brito, do oposto, a família Gaudêncio. As práticas políticas culturais eram organizadas por estas elites. Sobre forte exploração econômica a massa respeitava e temia as famílias “que representavam” o Cariri. O avanço econômico de Serra Branca para o povo era obra da família Gaudêncio, a defesa de São João do Cariri perante a economia de Serra Branca era obra dos Brito. O povo mantinha a esperança neles, os *pater familias* descendente da cultura patriarcal brasileira. É indissociável o entrelaçamento entre a população e as

* Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História e Cultura Histórica da Universidade Federal da Paraíba.

famílias locais. A dominação posta pela elite foi imposta por três maneiras, a primeira através de práticas violentas, a segunda através da troca de favores e a terceira através do discurso progressista.

Durante a República Velha, a Constituição com caráter federalista forma um novo caráter no funcionamento político-administrativo como descreve Resende (2003, p.92):

Pode-se dizer que nesse arranjo os coronéis ocupam o centro da cena política. São os coronéis, chefes políticos locais, a base e a origem de uma complexa rede de relações que a partir do município estrutura as relações de poder que vão desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.

O sistema político descrito acima ficou mais fortalecido no âmbito local. O sistema viabilizado pelo presidente Campos Sales em 1898, denominado “política dos governadores” favoreceu a permanência de elites locais no poder pelo apoio constante do governador do Estado. No caso da Paraíba duas oligarquias ficaram no poder até a década de 30 representados por Álvaro Lopes Machado (1892-1915) e Epiácio Pessoa (1915-1930).

Já que cada governador apoiava um representante local, a rivalidade política entre Brito e Gaudêncio começou com a rachadura dentro do Partido Republicano Conservador em 1913. O racha dentro do PRC se deu pela disputa da liderança entre Epiácio Pessoa e Walfredo Leal. Epiácio Pessoa tinha como chefe local em São João do Cariri José Gaudêncio e Walfredo Leal, Inácio Brito. (QUEIROZ, 2002, p.439)

A cidadania era uma farsa, o poder emanava de um homem só e não de todos. Na maioria dos municípios do Estado, “um mesmo indivíduo era o prefeito e o chefe político (...) também chamado de chefe local” (LEWIN, 1993, p.220). Utilizando práticas como “o voto do cabresto”, a elite local organizava uma grande máquina eleitoral com o intuito de dar permanência ao governador do Estado, os trabalhadores muitas vezes eram obrigados a ler para votar sobre a pressão dos capangas. Eram eleições fraudulentas organizada pelas elites para usufruir dos recursos públicos.

Toda a arrecadação de impostos de Serra Branca era notificada nas Mesas de Rendas de São João do Cariri (SANTOS, 2007, P.46), por isto tanto a família Brito quanto a família Gaudêncio continuavam residindo em São João do Cariri. A influência do poder local assegurava além do voto, as rendas necessárias para as despesas do Estado, mas em contrapartida as Mesas de Renda sofriam com a liberdade de influência das elites locais.

Com a vitória dos epítacistas, Antônio da Silva Pessoa assumiu o poder e o representante político local de São João do Cariri passou a ser José Gaudêncio. Não encontramos dados desta eleição, mas como dificilmente o partido que estava no poder garantia a vitória nas eleições, fica difícil explicar como foi esta alternância de Gaudêncio para Brito em nível local, se o poder local de Inácio Brito prevaleceu como era de esperar ou se José Gaudêncio ganhou as eleições para Antônio Pessoa na marra.

Apoiando os Pessoa, José Gaudêncio deu total apoio as eleições de João Pessoa em 1928. Logo se arrependeu. João Pessoa como explica Lewin (1987,p.329)

Desde o momento da posse, o novo governador anunciou sua determinação em erradicar os abusos mais classicamente associados ao coronelismo – o monopólio privado da violência, a irresponsabilidade fiscal, o banditismo e a falta do devido processo legal nas ações criminais.

João Pessoa gerou uma instabilidade política entre as elites locais que mudou as relações de poder entre Brito e Gaudêncio na região do Cariri.

Com o propósito acima João Pessoa removeu José Gaudêncio do cargo de Juiz de Direito da Comarca de São João do Cariri para a Comarca de Piancó. (QUEIROZ, 2002, p.477). Contrariado em deixar sua área de influência, José Gaudêncio desobedeceu ao ato governamental e foi demitido. Após este ato passou a fazer oposição a João Pessoa onde passou a ter uma reputação política arruinada.

A brecha no poder favoreceu a volta da família Brito com a influência de Inácio Brito.

Não podemos esquecer que as duas famílias residiam em São João do Cariri. Só a partir de 1930 que Serra Branca vai servir de quartel general para a família Gaudêncio.

Muitas mudanças ocorreram com a Revolução de 30, mudanças estas que beneficiaram Serra Branca. A centralização administrativa encabeçada por Anthenor Navarro e com a força do mito de João Pessoa buscou romper com o coronelismo em suas raízes mais natas. Para as prefeituras dos municípios foram nomeados interventores de outras localidades. Já que a maquina administrativa e as finanças estavam nas mãos dos chefes locais, o Estado demitiu vários funcionários ligados a apadrinhamentos e forçou o controle sobre as Mesas de Renda. Em 19 de dezembro de 1930, o governo extinguiu a Mesa de Renda de São João do Cariri e distribui os postos fiscais em vários distritos. (SANTOS, 2007, p.46). Assim Serra Branca ficou autônoma em relação a arrecadação de impostos que eram feitos por São João do Cariri. A partir deste momento Serra Branca torna-se mais prospera do que São João do Cariri. Não só o centro econômico quanto o centro religioso passou a vigorar em Serra Branca (p. 555).

Desde 1931 os Vigários da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, do município de São João do Cariri, vinham residindo no então Distrito de Serra Branca, maior centro comercial, tendo boa feira e grande aglomerado agrícola, tornando-se o centro da vida social e política do município de São João do Cariri, abandonado pelas Famílias e pelo Comércio em consequência das lutas políticas arraigadas e intermináveis de rixa extrema, ali dominante, entre os Britos e os Gaudêncios, duas famílias antigas e primas entre si.

Em 1930 a Igreja de Nossa Senhora da Conceição passou a ser Paróquia desmembrando-se da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres. Segundo Sousa (2008, p.46) isto ocorreu por questões políticas, provavelmente por perseguição já que o Vigário da Igreja de Nossa dos Milagres era o Padre Apolônio Gaudêncio, irmão de Álvaro e Joaquim Gaudêncio que lideravam a política na família a paróquia junto com o título de freguesia foi transferida para Serra Branca.

Após a chegada do Pe. Apolônio Gaudêncio, a população de Serra Branca ficou em sua maioria apoiando o grupo Gaudêncio. Isto fica evidenciado tanto pelo apoio que o grupo dava a emancipação de Serra Branca quanto à maioria de votos que estes recebiam na região.

O auge da família Brito deu-se com a ascensão de Gratuliano Brito, filho de Inácio Brito ao governo do Estado em 1932 (QUEIROZ, 2002, p.439). Gratuliano Brito assumiu o governo com o apoio de José Américo de Almeida, representante máximo do legado de João Pessoa, em decorrência da morte de Anthenor Navarro. Gratuliano também seguia os princípios da Revolução de 30 e como “chefe local”, se preocupou mais em equilibrar as finanças do Estado do que manter as intrigas políticas regionais. Duas mortes pesavam sobre a administração de Gratuliano Brito, João Pessoa e Anthenor Navarro. Assim a esperança de um Estado salvo das oligarquias políticas cabia a um membro da família Brito. Para isto ele fortificou a fiscalização organizando o sistema tributário (PINTO .L., 1973, p.124-127).

Em 1934, Gratuliano Brito elege para deputado estadual através da influência eleitoral em São João do Cariri seu primo Tertuliano da Costa Brito, único produtor rural a tomar posse na Assembléia Legislativa. (FONTE: *Annaes da Assembléia Estadual Constituinte*, p.3, In SANTANA, 2000, p.143).

Mesmo após a Revolução de 30, São João do Cariri e Serra Branca continuou com velhas práticas oligárquicas. Brito e Gaudêncio usavam vários mecanismos para continuarem no poder. Havia ainda uma continuidade das práticas políticas coronelistas como explica Cittadino (apud. NUNES, p.97):

(...) no Nordeste e, sobretudo, em estados como a Paraíba, não significou uma alteração na estrutura de poder local, nem tampouco a desagregação do coronelismo enquanto sistema de dominação. Ao contrário a estrutura agrária permaneceu intocada, permitindo que os grupos oligárquicos da Primeira República continuassem a deter a hegemonia política no estado e que a política coronelística sobrevivesse, continuando a constituir o fundamento do exercício do poder político a nível local.

Até mesmo José Américo de Almeida era visto pela oposição como herdeiro das velhas práticas políticas que constituíam o apadrinhamento e o clientelismo.

Como elites dominantes a partir da década de 30, as duas famílias faziam o jogo político baseado no contexto Serra Branca/ São João do Cariri. São João apoiava os Brito, Serra Branca os Gaudêncio, nesse contexto surgiram ressentimentos entre as duas cidades. Até a emancipação houve uma dialética entre Gaudêncio/Brito e ao mesmo tempo Serra Branca/ São João do Cariri para ver quem ficava com a sede da Comarca e ao mesmo tempo o poder político.

Não é de se assustar que até as eleições da década de 50, São João do Cariri e Serra Branca causaram turbulências dentro do processo eleitoral do Estado da Paraíba.

A rivalidade entre as duas famílias se materializou com “os fatos sangrentos” (QUEIROZ, 2002. p. 477) ocorrido entre Serra Branca e São José dos Cordeiros em 1935. Após discursos políticos ocorridos em Serra Branca, as duas famílias se enfrentaram em São José dos Cordeiros onde houve tiroteio seguido de morte. Esta história ficou marcada na memória da população do Cariri, e quando ainda hoje se fala da origem da briga das duas famílias, a primeira lembrança é o tiroteio e a queima de um armazém de algodão como afirmou o agricultor José Gomes de Lima: “Papai contava que queimaram armazém de algodão, e tudo isso houve, papai contava (...). Era por causa da política, houve o tiroteio, aí morreu gente e queimaram o armazém de algodão, passou muitos dias queimando”. Antes deste ato, as duas famílias não haviam entrado em disputa política abertamente, mas a partir daqui, quase todas as eleições foram turbulentas.

Serra Branca com maior número de eleitorado devido ao seu crescimento econômico passou a ser base para Joaquim Gaudêncio, conhecido pelo povo como Seu Quinca. Álvaro Gaudêncio tomou como base eleitoral São João do Cariri para enfrentar a influência regional de Tertuliano Brito. Devido a migração do Padre Apolônio para Serra Branca e da influência econômica de Joaquim Gaudêncio, que era um grande comerciante de algodão (SOUSA, 2008, p.35), a maioria da população era gaudencista. A paixão pela família e a representação de proteção que ela trazia ao povo através do

compadresco e do clientelismo fez com que esta família se transformasse em ídolos por seus eleitores.

A população de Serra Branca por volta dos anos 1930/1940 tinha ideia de que Serra Branca estava mais desenvolvida do que São João do Cariri. Com Paróquia própria e com coletoria própria, só faltava a sede ser transferida. Assim começou a rixa entre Serra Branca e São João do Cariri.

Durante a pesquisa sentimos falta de obter fontes que demonstrasse o sentimento municipalista de São João do Cariri perante o desenvolvimento econômico de Serra Branca. Por outro lado, a maioria dos serrabranquenses apostava todas as fichas na família Gaudêncio.

Se postando como representantes de toda a região do Cariri, Brito e Gaudêncio viram aparecer em Serra Branca uma nova fonte econômica e eleitoral para suas intenções políticas. 1935 marcou o início de uma rixa, caberia saber agora quem comandaria o maior “curral eleitoral”.

Com o final da Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas em 35, eleições para deputados estaduais e para governador foram abertas no início de 1947. O jogo tinha começado e no meio dele estava o povo.

Algumas práticas políticas estavam entrando em mudanças. O velho coronelismo estava entrando em crise. Como explica Nunes, devido a (p.108):

(...) derrota de Argemiro, em 1950, além de outra em 1947, nas eleições municipais de Campina Grande, através da candidatura de seu cunhado, Veneziano Vital do Rego, significou o início de um processo de reestruturação no exercício do poder a nível local, acompanhando alterações que se davam a nível nacional, com o advento do populismo, após o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República.

O populismo entrava no cenário político de Serra Branca e na Paraíba em geral segundo a fundamentação de Cittadino (apud. NUNES, p.104):

No caso da Paraíba, a emergência de uma política populista só pode ser entendida a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo, que destroem as relações tradicionais de caráter pré-capitalistas, levando à expropriação do homem do campo e, conseqüentemente, ao êxodo rural.

O laço que ligava a elite ao povo agora deixava de ser patriarcalista para ser individualista. O político deveria conquistar o voto do indivíduo sem pressioná-lo com mandonismo. A briga entre Britos e Gaudêncios passou a fazer parte dos discursos da Assembléia Legislativa entre quase todos os deputados. Devido a vergonha por São João do Cariri ter sido o único município da Paraíba a ter eleições turbulentas em 1947,

fez com que as famílias mudassem as práticas políticas coronelísticas para uma nova forma de dominação: a busca de votos através do populismo. Com isto a prática do clientelismo que era um coadjuvante da política dos coronéis passou a ser a prática principal para ganhar eleições. (NUNES, 103).

O populismo como cultura política predominou em Serra Branca desde os fatos ocorridos em 1947.

Neste contexto a transferência da Sede da Comarca de São João do Cariri para Serra Branca passará a fazer parte do discurso populista das duas famílias. A partir daqui que narraremos uma história da emancipação política de Serra Branca.

Em janeiro de 1947 a cidade de São João do Cariri localizada na micro-região dos Cariris Velhos foi palco de divergências entre as famílias Brito e Gaudêncio. Bombas de regozijo da vitória de “Seu Quinca”, novo prefeito da Comarca, foram interpretadas como desrespeito pelo major “Terto”, que imediatamente mandou atirar em correligionários de seu inimigo. Naquele mesmo ano, Serra Branca, distrito, passou a sediar a Comarca de São João do Cariri, que administrava mais onze distritos do Cariri paraibano. Até o ano de 1960, quando Serra Branca emancipou-se, a política era “quente” em toda região dos Cariris Velhos.

O major “Terto”, como chamavam a população, defendia os anseios de toda comunidade de São João do Cariri. Cidade secular, centro político e econômico do Cariri durante os séculos XVIII e XIX. Berço de famílias poderosas e patriarcalistas como os Costa Ramos, os Farias Brito e os Queiroz. 1947 foi um ano fatídico para este município. A população observava o seu trunfo, o centro político, ser transferido para Serra Branca. A única maneira de manter a representação secular era apoiar a família Brito sobre a égide do deputado estadual Tertuliano, ou major “Terto”.

Serra Branca, com sua população feliz, comemorava o apoio dado pelo deputado estadual Álvaro Gaudêncio. O projeto que transferiu a sede da Comarca foi obra dele e era ele quem o povo apoiava. Para que a sede continuasse em Serra Branca, era necessário o apoio da família Gaudêncio.

Este foi o resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso realizado no primeiro semestre de 2009 no Curso de História da Universidade Federal da Paraíba (MOREIRA, 2009). O propósito do Trabalho foi analisar a participação popular na emancipação de Serra Branca. Ocorre que o resultado gerou uma nova dúvida: o que fazia a população de Serra Branca e São João do Cariri se aliar as elites políticas locais?

Para chegarmos a possíveis conclusões é necessário percorremos os caminhos teóricos da história regional e da cultura política vigente na região. Serra Branca e São João do Cariri buscavam mecanismos culturais para se afirmar como potência política regional. As famílias, donas do poder, ajudavam nesta busca, mas se encontravam num emaranhado de identidades culturais. Tertuliano Brito, natural de Serra Branca, defendia a posse da sede em São João do Cariri. Álvaro Gaudêncio, natural de São João do Cariri, defendia a transferência da sede para Serra Branca.

Neste ínterim, tanto Serra Branca quanto São João do Cariri constituíram culturas históricas diferenciadas, mas enraizadas na mesma cultura política. Serra Branca capitalista, dona dos armazéns de algodão e centro comercial humilhava “o velho e o arcaico”. São João do Cariri era o contrario, enaltecia a sua história com o slogan de cidade secular.

Não foi uma simples questão política que gerou o incomodo entre as duas cidades. E sim uma questão de territorialidade, fruto da dinamização cultural que migrou de São João do Cariri para Serra Branca. Iniciava-se assim uma nova cultura história. (SILVEIRA, 2007, p.40) A posse da Comarca fez com que, Serra Branca e São João do Cariri, constituíssem territorialidades, viabilizadas pela cultura história e disputadas no campo da política.

A elite usufruía da linguagem política para criar culturas. A massa tinha força para fazer revoluções no “crível”. (CERTEAU, 1995) Basta saber como a elite e as massas constituíram as identidades políticas e culturais que romperam a administração das duas cidades dos Cariris Velhos no ano de 1960.

Objetivando chegar nesta constituição cultural, esmiuçaremos a cultura política através da idéia de territorialidade (São João do Cariri) e de desterritorialidade (Serra Branca). Para isto as festas, as eleições, a religiosidade e os apadrinhamentos terão muito que apontar para tal constituição cultural.

Através da constituição da cultura política e das relações de poder entre as famílias aqui estudadas e a população podemos esmiuçar a identidade local.

Tanto Serra Branca quanto São João do Cariri constituiu identidades políticas que cotem particularidades da região dos Cariris Velhos. Esta identidade política estava baseada na ligação que estas populações tinham com as famílias. Observar e refleti esta ligação é o desafio de minha dissertação.

Referencias Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Tradução Enid Abreu Dobránszky. – Campinas, SP: Papyrus, 1995. – (Coleção Travessia do Século)

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**, um estudo de caso da oligarquia de base familiar. João Pessoa: Record, 1993.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Uma História da Emancipação Política de Serra Branca (1947-1960)**. UFPB Monografia (Licenciatura em História). 2009. 65 p.

NUNES, Paulo Geovani Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980-2000)**. UFPE. Tese de Doutorado. 2003

PINTO, Luís. **Fundamentos da História e do desenvolvimento da Paraíba**. Rio de Janeiro: Leitura S.A, 1973.

QUEIROZ, Evaldo Gonçalves de. Parlamento e Cariris Velhos: a vez do diálogo. In: **História e debate na Assembléia Legislativa**. João Pessoa: A União, 2002. p.435-479.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente** – da Proclamação da república à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Livro 1).

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Estado interventor na Paraíba (1930-1932): política, centralização e dimensão mítico-estatal. **Saeculum Revista de História**, v.17, n.17, jul/dez. 2007. p.43-62.

SILVEIRA, rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. **Saeculum** – Revista de História, João Pessoa, Departamento de

História / Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, n.16, jan/jun 2007. p. 33-46.

SOUSA, Estelita Antonino de. **Fatos Históricos de Serra Branca**. Serra Branca: 2008.